



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
DIRETORIA GERAL**

**ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE TRABALHO DO CONSELHO
ADMINISTRATIVO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO –
2017.**

Em 13 de dezembro de dois mil e dezessete, de ordem do Diretor-Geral e presidente do Conselho Administrativo (CONAD), Dr. Carlos Henrique Martins Lima, foram contatados os membros que compõem o CONAD: Dr. Alexandre José de Barros Leal Saraiva (MPM), Dra. Denise Neves Abade (MPF), Dr. Flávio Augusto Milhomem (MPDFT) e Dr. Xisto Tiago de Medeiros Neto (MPT). De ordem e na ausência de pronunciamento da Conselheira Titular do MPF, contactou-se o Dr. Lauro Pinto Cardoso Neto (Conselheiro Suplente). Informou-se aos membros acerca da realização de um sorteio para definir a sequência de relatores para assuntos de competência do Conselho Administrativo, em virtude de recurso interposto contra decisão da Câmara de Desenvolvimento Científico que aprovou e ordenou as pesquisas a serem realizadas a partir de 2018. Comunicou-se, também, que, em consonância com a ordem estabelecida no sorteio, em 07/12/17 foram encaminhados documentos para análise e relatoria do Conselheiro Dr. Xisto Tiago de Medeiros Neto. Na sequência, com anexação à mensagem eletrônica dos documentos para análise (a saber: Edital Acadêmico Nº 01129/2017 - 0050707; Ata da Reunião Ordinária CDC, de 26/09/2017 - 0050709; Recurso referente ao EDITAL ACADÊMICO nº 01129/2017 - 0050712; Ata da Reunião Ordinária CDC, de 09/11/2017 - 0050715; e, Ata do Sorteio da Sequência de Relatores do CONAD, de 05/12/2017 - 0050719), foi solicitado que os Conselheiros encaminhassem os votos relativos aos temas: **1ª votação** - Apreciação do voto do relator, votando pelo provimento ou não provimento do recurso administrativo apresentado pelos proponentes do Projeto de Pesquisa Científica Aplicada (PCA) intitulado Ministério Público e Ordem Econômica: atribuições do Ministério Público na proteção dos valores existentes na Lei nº 12.529/11 e a relevante atribuição de combate ao abuso de poder econômico manifestado no mercado. Aspectos cíveis, penais e processuais; **2ª votação** - Rejeição ou provimento ao Recurso da 1ª Votação (no caso de provimento, realizada também votação para inserção da nova pesquisa na lista de pesquisas a serem efetivadas, caso em que seria tirado o voto médio para a posição). Em atendimento à demanda, **o Conselho votou por unanimidade pelo desprovimento do recurso (1ª votação) e pela aprovação das sugestões da CDC (2ª votação**, de acordo com os votos registrados nos e-mails ora anexados a esta ata (0052279, 0052291, 0052331, 0052492 e 0052964). Os serviços foram encerrados pelo Diretor-Geral em 15 de dezembro de 2017 e deles lavrou-se a presente ata, que será assinada pelo Presidente, Dr. Carlos Henrique Martins Lima.

Carlos Henrique Martins Lima

Presidente do CONAD

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA, Diretor-Geral da ESMPU**, em 15/12/2017, às 12:16 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3



de março de 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.escola.mpu.mp.br/sei/autenticidade> informando o código verificador **0052965** e o código CRC **1F9991F8**.

SGAS Avenida L2 Sul, Quadra 604 Lote 23 - Bairro Asa Sul - CEP 70200-640 Brasília - DF
Telefone: (61) 3313-5115 - <http://escola.mpu.mp.br/>

Processo nº: 0.01.000.1.006267/2017-05

ID SEI nº: 0052965